

Manifesto do 3o Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina

Aqui estamos resistindo a um processo de etnocídio, genocídio e ecocídio que não termina. Nossas forças espirituais nos guiam para defender a Mãe Natureza.

Nós, povos indígenas e nações originárias, pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, professoras e professores, estudantes e profissionais aqui reunidos no 3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina, realizado na Universidade de Brasília, Brasil, nos dias 3 a 5 de julho de 2019, vimos a público manifestar-nos.

Considerando que:

A invasão dos territórios indígenas pelos agentes da colonização, por mais de 500 anos, tem estado combinada à violência física, ao esforço permanente de desumanização de povos indígenas e nações originárias, à destruição de ecossistemas e bens comuns, ao roubo de conhecimentos tradicionais, à escravização e condenação de corpos e espíritos a uma guerra que aparenta não ter fim.

A década que agora se encerra revela o quanto o colonialismo continua vivo e operante – frequentemente, letal – nos países do continente. Uma ofensiva orquestrada por poderosos interesses financeiros, de corporações empresariais do neoextrativismo e de megaprojetos desenvolvimentistas, segue ameaçando vidas, culturas e territórios.

O aumento assustador das invasões de territórios (demarcados ou não) de povos indígenas e nações originárias livres ou em isolamento voluntário é uma expressão dessa atualização do colonialismo, expondo esses povos e nações a todo o tipo de violência e inviabilizando toda e qualquer medida de reconhecimento de sua existência e proteção.

O avanço da ultradireita e de governos autoritários no continente constitui parte da estratégia colonizadora, promovendo o desmonte deliberado de espaços de concertação e políticas públicas e a aniquilação de direitos dos povos indígenas e nações originárias, estabelecendo estruturas e mecanismos institucionais para levar adiante um modelo de desenvolvimento ao mesmo tempo etnocida, genocida e ecocida.

Afirmamos que:

A causa indígena é de todas e todos, na medida em que a expropriação dos territórios e bens comuns dos povos indígenas e nações originárias intensificam processos como a perda da agrobiodiversidade e as mudanças climáticas, que constituem uma ameaça crescente à vida humana e à Mãe Natureza.

A despeito de toda a violência sofrida, povos indígenas e nações originárias resistem. Erguem-se para ultrapassar o trauma colonial, superar a dominação capitalista e fazer de suas vidas não uma reprodução das imagens inventadas sobre eles, mas uma autêntica realização de sua própria potência e autodeterminação.

É fundamental reconhecer o papel das mulheres na organização coletiva, proteção e defesa dos territórios, garantindo a sustentação e continuidade da cultura e da vida.

Não cabe mais falar de sociedades, histórias, línguas e culturas de povos indígenas e nações originárias, sem considerar o que os próprios indígenas têm a dizer - como coletivos e como indivíduos -, sobre si e sobre o mundo. Já passou também da hora de reconhecer, no âmbito das ciências, que a produção de um conhecimento voltado para defesa da vida é impossível, além de eticamente insustentável, sem que as perspectivas indígenas estejam presentes em seus próprios termos.

Demandamos:

1. O pleno respeito e cumprimento do direito mais sagrado dos povos indígenas e nações originárias: o direito originário às terras, aos territórios e bens naturais que preservaram por milhares de anos e que constituem o alicerce de sua existência, identidade e modos de vida.
2. Que se instaurem as condições para o pleno exercício do direito à autodeterminação dos povos indígenas e nações originárias, com o florescimento de seus sistemas próprios de organização social, jurídica e política, e com a necessária reinvenção dos Estados nações, com instituições que vigiem e promovam a co-construção de futuros mais justos para todas e todos.
3. Que os Estados nações da América Latina adotem medidas eficazes no sentido de garantir a proteção dos povos indígenas e nações originárias livres e /ou em isolamento voluntário e de seus territórios.
4. Novas formas de organização e convívio entre os povos orientadas pela perspectiva do re-envolvimento (distinta da perspectiva do des-envolvimento), que fortaleçam a soberania e autonomia dos povos indígenas e nações originárias e valorizem a ancestralidade, dando centralidade à cultura e a formas próprias de educação, reconhecendo a sua diversidade e promovendo o bem-viver.
5. A retomada e fortalecimento das democracias no Brasil e demais países da América Latina, além do reconhecimento das formas tradicionais e comunitárias de organização social e política, para que dialoguem simetricamente com as instituições dos Estados.
6. O exercício de poderes políticos institucionais por povos indígenas e nações originárias em todos os níveis dos governos, assim como a ampliação de sua presença nas instituições acadêmicas, da área de saúde, cultura, meio ambiente,

ordenamento territorial e outras, ocupando cargos diversos e participando ativamente na tomada de decisões em assuntos que afetam a vida de povos indígenas e nações originárias e a da Mãe Natureza como um todo.

7. O fomento à Soberania Alimentar e aos sistemas de saúde tradicional dos povos indígenas e nações originárias, através do respeito pleno aos direitos, cosmovisões e práticas de produção de alimentos verdadeiramente saudáveis e medicinas tradicionais, mostrando como podemos alimentar a vida humana sem envenenar os nossos corpos, solos e águas, e com a autonomia necessária para continuar cuidando das nossas sementes ancestrais.
8. O fim da violência, criminalização e discriminação contra os povos indígenas e nações originárias e suas lutas, assegurando a punição dos responsáveis, a reparação dos danos causados e comprometimento das instâncias de governo na proteção da vida de membros desses povos e nações.
9. A implementação de um efetivo processo de paz na Colômbia, com claros benefícios para toda a região.
10. A aplicação dos tratados internacionais assinados pelos países da América Latina, que inclui, entre outros, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as Convenções da Diversidade Cultural, Biológica e do Clima, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas. Tratados esses que reafirmam os direitos à terra dos povos indígenas e nações originárias, aos territórios e aos bens naturais e a obrigação dos Estados de consultar a respeito de medidas administrativas e legislativas que possam afetar os povos indígenas e nações originárias e seus territórios.
11. O cancelamento de qualquer iniciativa que ponha em risco a saúde humana e o equilíbrio da Mãe Natureza, em particular megaprojetos como hidroelétricas, mineração, cultivos transgênicos e outros que se implantaram sem garantir o direito à consulta, nem o respeito aos demais direitos dos povos indígenas e nações originárias. Exigimos que cesse a criminalização e se garanta a segurança de quem se mobiliza na defesa dos territórios, dos direitos humanos, dos povos indígenas e nações originárias e das comunidades ameaçadas ou afetadas por esses empreendimentos.

Afirmamos o nosso compromisso de:

1. Promover o pleno respeito e exercício dos direitos humanos, indígenas e ambientais, fortalecendo as alianças com todos os setores da sociedade, especialmente com outros grupos e comunidades que também têm sido atacados em seus direitos e formas de existência na América Latina.
2. Seguir promovendo a educação intercultural e processos de aprendizagem e o diálogo de saberes, dentro e fora das instituições acadêmicas, que se nutram

com os conhecimentos tradicionais e que se vinculem com ações concretas dirigidas ao bem comum, a resiliência e proteção dos territórios.

3. Continuar trabalhando, de maneira unida e solidária, para que as nossas demandas se cumpram e que possamos construir sociedades realmente democráticas, justas e plurais, em Estados pluriculturais e plurinacionais, de fato e de direito, para assim deixar nossa herança de luta e conquistas para as próximas gerações, como um grande canto de amor à humanidade e à Mãe Natureza.

Continuaremos resistindo e construindo um mundo mais justo para todas e todos, um mundo de paz e não de guerra!

Brasília, Brasil, 5 de julho de 2019.